

14 Direito de uso de ativos					
	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de Telecom	Total
Direito de uso					
Em 1º de janeiro 2020	1.664	21.338	-	-	23.002
Novos contratos (a)	144	-	1.559	234	1.937
Baixas	-	-	-	(26)	(26)
Depreciação	(489)	(2.040)	(362)	(22)	(2.913)
Em 31 de dezembro de 2020	1.319	19.298	1.197	186	22.000

	Postos de transmissão	Imóveis	Total
Direito de uso			
Ativo reconhecido em 01/01/2019	1.994	-	1.994
Novos contratos (a)	-	21.669	21.669
Depreciação	(329)	(362)	(691)
Em 31 de dezembro de 2019	1.664	21.338	23.002

(a) As adições nesta linha são provenientes dos contratos de locação de veículos, postos de transmissão e equipamentos de telecomunicação.

15 Imobilizado
Composição do saldo contábil

	2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	1.162	(464)	698	745
Instalações	8.160	(5.408)	2.752	3.364
Móveis	1.688	(1.334)	354	397
Equipamentos Telecom	68.056	(57.933)	10.123	8.430
Máquinas e equipamentos	4.186	(2.873)	1.313	1.555
Equipamentos de Informática	11.917	(10.551)	1.366	1.095
Imobilizado em Curso	857	-	857	443
Outros	1.757	(1.243)	514	639
Total	97.783	(79.806)	17.977	16.667

Conciliação do saldo contábil									
	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos telecom	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2018	5.309	4.297	476	6.336	1.130	1.514	204	2.131	21.397

Adições	14	71	34	5.372	674	314	239	228	6.945
Baixas	(7.401)	(1.100)	(3)	(128)	(3)	(13)	-	(1.675)	(10.322)
Depreciação	(289)	(802)	(113)	(3.272)	(248)	(729)	-	(48)	(5.501)
Baixas de depreciação	3.112	898	2	122	2	10	-	3	4.147
Em 31 de dezembro de 2019	745	3.362	397	8.431	1.555	1.095	443	639	16.667

Adições	-	168	68	4.243	28	883	414	-	5.805
Baixas	-	-	(3)	(5)	-	-	-	(137)	(145)
Depreciação	(47)	(780)	(112)	(2.547)	(270)	(612)	-	(58)	(4.425)
Baixas de depreciação	-	-	3	1	-	-	-	71	74
Em 31 de dezembro de 2020	698	2.752	353	10.123	1.313	1.366	857	514	17.977

Revisão e ajuste da vida útil estimada
 A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável
 De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Ativos dados em garantia
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

16 Intangível
Composição do saldo contábil

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	22.111	(20.774)	1.337	4.374
Marcas e Patentes	146	-	146	146
Intangível em Curso	31	-	31	31
Total	22.288	(20.774)	1.514	4.551

	Softwares	Marcas e patentes	Intangível em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2018	7.886	146	31	8.063
Amortização	(3.512)	-	-	(3.512)
Em 31 de dezembro de 2019	4.374	146	31	4.551
Amortização	(3.037)	-	-	(3.037)
Em 31 de dezembro de 2020	1.337	146	31	1.514

17 Fornecedores
 Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$3.954 (R\$3.620 em 2019) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

18 Arrendamento mercantil
 Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos depagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contra partida o ativo de direito de uso.

A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas :

Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
5	0,85%
10	0,88%
15	0,93%
20	0,95%

Arrendamento mercantil
 Em 1º de janeiro de 2020 (23.310)
 Baixas 26
 Novos contratos (1.937)
 Juros apropriados no período (2.536)
 Amortização de arrendamentos 4.571
Em 31 de dezembro de 2020 (23.186)

Circulante 4.225
 Não Circulante 18.961

Arrendamento mercantil
 Dívida reconhecida em 01/01/2019 (1.994)
 Novos contratos (21.699)
 Juros apropriados no período (575)
 Amortização de arrendamentos 958
Em 31 de dezembro de 2019 (23.310)

Circulante 2.802
 Não Circulante 20.508

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Provisão para férias e encargos	5.280	5.280
Gratificações e PPR	6.219	5.588
Fator Acidentário de Prevenção – FAP (a)	138	142
Outras obrigações sociais e trabalhistas	1.146	956
Total	12.896	11.936

(a) Estes valores referem-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. Os valores provisionados nesta conta estão sendo liquidados via depósito judicial até o efetivo desfecho da ação.

	2020	2019
PIS e COFINS	994	1.250

Imposto de renda e contribuição social (i)	1.951	6.362
Outros tributos a recolher	587	628
Total	3.532	8.240

(i) Em 2020, ocorreram exclusões de valores referentes a propaganda eleitoral na apuração do imposto de renda, conforme previsto pelo Decreto Federal nº 7.791/2012.

21 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
a. Riscos cíveis e trabalhistas provisionados
 Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	2019	Adições	Baixas	Atualização monetária	2020
Cíveis (i)	110	-	-	-	110
Trabalhistas (ii)	5.001	409	(752)	33	4.691
	5.111	409	(752)	33	4.801
(-) Depósitos judiciais vinculados a contingências passivas	(1.853)	(532)	666	(54)	(1.773)
	3.258	(123)	(86)	(21)	3.028

(i) Referem-se principalmente a reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/matérias veiculados.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos. A Companhia é parte em ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis e possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2020, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 10.239 (R\$ 9.043 em 2019).

b. Riscos sociais provisionados

	2019	Adições	Atualização monetária	2020
Provisão IN CRA	1.885	108	2	1.995
Provisão SAT/FAP (i)	10.517	581	12	11.110
	12.402	689	14	13.105

Depósitos Judiciais IN CRA	(1.882)	(72)	(32)	(1.986)
Depósitos Judiciais SAT/FAP	(10.378)	(394)	(200)	(10.972)
	(12.260)	(466)	(232)	(12.958)

Total da Provisão IN CRA	3	36	(30)	9
Total da Provisão SAT/FAP	139	187	(188)	138

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

c. Riscos Tributários Provisionados

	2019	Adições	Atualização monetária	2020
PIS/COFINS	1.813	272	700	2.785
(-)Depósitos judiciais vinculados PIS/COFINS	(2.448)	(260)	(53)	(2.761)
Total dos depósitos judiciais - PIS/COFINS	(635)	12	647	24

d. Depósitos judiciais
 Movimentação dos depósitos judiciais registrados no ativo:

	2019	Adições	Atualização Monetária	Baixas	2020
INSS SESC	2.432	-	25	(7)	2.450
(ii)	2.432	-	25	(7)	2.450

(ii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexistência da contribuição ao Serviço Social do Comércio - SESC, a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, inclusa no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajustamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado, referente a um dos períodos pleiteados, do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013 e em 2020 ocorreram retornos parciais destes valores.

22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos
 A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A Administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2020	2019
Diferenças temporárias:		
Ativas		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.801	5.656
Provisão para participações nos lucros	6.219	5.588
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32	63
Provisão para comissões e bonificação de volume	1.037	1.767
Outras provisões	337	150
Passivas:		
Depreciação vida útil	(759)	(488)
	11.667	12.706
	34%	34%
	3.967	4.320

Os passivos e ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b. Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	50.753	80.283
Equivalência Patrimonial	(1.869)	(474)
Resultado Ajustado	48.884	79.809
Alíquota (%)	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social aplicados à alíquota	16.621	27.135
Compensação de Propaganda Eleitoral (i)	(12.565)	-
Antecipação Campeonato Paranaense (iii)	-	(2.186)
Lei Rouanet	-	(400)
Ajustes IRPJ/CSLL anos anteriores (ii)	65	-
Arrendamento Mercantil - CPC 06(R2)	299	76
Despesas Indevidáveis, Outras (adições) exclusões,	447	848
líquidas	150	38
Outras (adições) exclusões, líquidas	5.016	25.511
IRPJ e CSLL no exercício	4.663	25.071
Imposto de renda e CSLL diferido	353	440

(i) Dedução de propaganda eleitoral conforme previsto no Decreto Federal nº 7.791/2012, cujos valores apurados em 2020 foram de R\$ 12.565, afetando apenas a base de cálculo do Imposto de Renda.

(ii) Ajustes no resultado inerentes a conciliação dos saldos de crédito de IRPJ/CSLL correntes de anos anteriores.

(iii) Despesas decorrentes da antecipação do Campeonato Paranaense de Futebol.

23 Patrimônio líquido
a. Capital social
 Em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 o capital social é de R\$16.696, composto por 13.800.000 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Reserva de capital
 A reserva de capital é constituída basicamente com base no disposto da Lei no 8.200/91 referente aos efeitos da correção monetária do capital, enquanto não capitalizados, que poderá ser utilizado pela Companhia para aumento de capital.

c. Reserva de lucros
(i) Reserva legal
 Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2019 e 2020 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

(v) Retenção de lucros
 Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte.

d. Dividendos
 Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, apurados depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido e limitados a 20% do capital social integralizado.

A Companhia pretende destinar como dividendos complementares sobre o resultado de 2020 o valor de R\$ 31.053, o qual deverá ser aprovado e formalizado em ata de assembleia dos acionistas.

	2020	2019
Dividendo complementar proposto sobre o lucro de 2018	-	69.032
Dividendo complementar proposto sobre o lucro de 2019	32.512	-
Dividendo mínimo obrigatório	11.434	13.693
Dividendo complementar proposto sobre o lucro de 2020	31.053	-
Dividendos pagos	(40.000)	(107.500)

24 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita operacional bruta:		
Publicidade	188.996	252.196

Produção de comerciais	893	556
Geração digital	1.550	2.001
Outras vendas	4.057	4.446
	195.496	259.199

Deduções:		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(10.779)	(14.166)
	(10.779)	(14.166)

Receita operacional líquida	184.717	245.033
-----------------------------	----------------	----------------

25 Custo dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e de vendas

	2020	2019
Despesa de pessoal	(57.124)	(64.026)
Serviços prestados por terceiros	(41.838)	(64.334)
Comissões vendas	(17.373)	(29.866)
Depreciação e amortização	(7.461)	(9.014)
Depreciação CPC 06 (R2)	(2.904)	(691)
Propaganda e publicidade	(5.379)	(5.882)
Despesa com comunicação	(3.084)	(4.066)
Despesa com equipamentos de informática	(3.994)	(3.256)
Recuperação de gastos compartilhados (a)	15.115	17.734
Manutenção predial	(873)	(1.255)
Outras despesas	(9.460)	(12.254)
	(134.375)	(176.910)